

Sumário

Nota do Autor	7
Introdução	9
Capítulo I – Algumas questões relativas à ação de investigação de paternidade	17
1. Direito personalíssimo de investigar a paternidade	17
2. Direito indisponível de investigar a paternidade	19
3. Direito imprescritível de investigar a paternidade	20
4. A histórica discriminação humana	22
5. A evolução das formas de família e de filiação no Brasil	30
6. O direito de investigar a paternidade genética e socioafetiva ao mesmo tempo	30
Capítulo II – Presunções relativas da paternidade	40
1. Presunção relativa da <i>pater is est quem nuptias demonstrant</i>	49
2. Presunção relativa da paternidade na união estável	49
3. Presunção relativa da paternidade no namoro	51
4. Presunção relativa da paternidade no relacionamento sexual	52
5. Presunção relativa da paternidade na recusa do investigado na produção do exame genético em DNA	53
6. A relativização das presunções da paternidade	53
Capítulo III – Algumas provas que devem ser produzidas na ação de investigação de paternidade biológica	59
1. Necessidade da produção do exame genético em DNA	59
2. Prova testemunhal e depoimento pessoal na investigação de paternidade	65
3. Produção da prova pericial na investigação de paternidade	67
4. Peculiaridades da prova pericial	70
5. Momento da produção da prova pericial	72
6. Formação de várias perícias	75
7. Possibilidade de ser indicado assistente técnico na elaboração da prova pericial	76
8. Condução coercitiva do investigado na realização do exame genético em DNA	79

Capítulo IV – Paternidade socioafetiva	89
1. Afetividade e dignidade da pessoa humana	91
2. Afetividade e proteção integral e absoluta da criança, do adolescente e do idoso	93
3. Afetividade e o processo de secularização	96
4. Afetividade e igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva	99
5. Desnecessidade de legislação infraconstitucional para acolhimento da tridimensionalidade humana	105
6. Inconstitucionalidade da ação negatória de paternidade genética e socioafetiva	108
7. Teoria tridimensional do direito de família: concessão de todos os direitos das paternidades genética e socioafetiva	114
7.1. Cumulação de todos os efeitos jurídicos da investigação de paternidade genética e afetiva	118
7.2. Efeitos jurídicos quanto aos impedimentos matrimoniais	118
7.3. Efeitos jurídicos quanto à preservação da vida e da saúde do filho e dos pais genéticos	122
7.4. Efeitos jurídicos quanto ao nome	123
7.5. Efeitos jurídicos quanto aos alimentos ao filho genético e afetivo e seus pais	124
7.6. Cumulação de todos os eventos jurídicos na tridimensionalidade humana	125
Capítulo V – Conclusões sobre coisa julgada na investigação de paternidade	129
1. A coisa julgada na ação de alimentos não impede a ação de investigação de paternidade	130
2. A coisa julgada na ação de anulação de registro civil não impede a ação de investigação de paternidade	131
3. Não há coisa julgada material contra pais e filhos quando a ação de investigação de paternidade é proposta pelo Ministério Público	132
4. Não ocorre a coisa julgada material ao pai registral não citado na ação investigatória ou negatória de paternidade	134
5. Não faz coisa julgada a homologação do acordo de reconhecimento da paternidade na pendência da ação, sem que tenha sido oportunizada a produção de todas as provas, principalmente o exame genético em DNA	135
6. Não faz coisa julgada a sentença de reconhecimento da prescrição da ação de investigação de paternidade	136
7. Não faz coisa julgada a sentença de improcedência da ação de investigação de paternidade por insuficiência de provas da paternidade biológica	137
8. A teoria tridimensional no direito de família e a coisa julgada na investigação de paternidade	142
Referências bibliográficas	159